

Tubular no laboratório de saúde pública do Estado do Amazonas - Fundação de Vigilância em Saúde - FVS.

Cientifique-se, cumpra-se, anote-se e publique-se.  
Gabinete do Diretor-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas, Manaus-AM, 23 de junho de 2010.

**BERNARDINO CLÁUDIO DE ALBUQUERQUE**  
Diretor-Presidente e Ordenador de Despesa da FVS

09255

## EXTRATO

**ESPÉCIE:** TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2008-FVS/AM; **PARTE:** ESTADO DO AMAZONAS por intermédio da FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE e a GLOBALSERVICE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. **OBJETO:** Alteração da razão Social, passando a ser chamada de: GLOBALSERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. **VALOR GLOBAL:** R\$ 112.158,72. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo Administrativo nº. 0211/2010 - FVS/AM.

Manaus, 01 de julho de 2010.

**BERNARDINO CLÁUDIO DE ALBUQUERQUE**  
Diretor - Presidente / Ordenador de Despesas da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas.

09255

## EXTRATO

**ESPÉCIE:** QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2006-FVS/AM; **PARTE:** ESTADO DO AMAZONAS por intermédio da FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE e a PRODAM S/A. **OBJETO:** Prorrogação de prazo contratual de 03/07/2010 a 02/07/2011. **VALOR GLOBAL:** R\$ 84.000,00. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo Administrativo nº. 2015/2010 - FVS/AM.

Manaus, 05 de julho de 2010.

**BERNARDINO CLÁUDIO DE ALBUQUERQUE**  
Diretor - Presidente / Ordenador de Despesas da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas.

## EXTRATO

**ESPÉCIE:** TERMO DE CONTRATO Nº 011/2010-FVS/AM; **PARTE:** ESTADO DO AMAZONAS por intermédio da FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS e o DOC PAPER LTDA; **OBJETO:** Serviço de Manutenção preventiva e corretiva em 04 terminais de ponto biométricos; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato; **VALOR GLOBAL:** R\$ 33.500,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 17701 - FES/AM; 17701 - FES; Programa de Trabalho: 10.305.3072.2165.0011; Natureza de Despesa: 339039; Fonte: 121, A ser apostilado. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo Administrativo Nº 704/2010 - FVS/AM; 8098/2010-CGL/AM.

Manaus, 01 de julho de 2010.

**BERNARDINO CLÁUDIO DE ALBUQUERQUE**  
Diretor-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde/Am.

09255

## EXTRATO

**ESPÉCIE:** TERMO DE CONTRATO Nº 012/2010-FVS/AM; **PARTE:** ESTADO DO AMAZONAS por intermédio da FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS e TELOS S/A EQUIPAMENTOS E SISTEMAS. **OBJETO:** Fornecimento de Arquivo deslizando. **VIGÊNCIA:** 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato; **VALOR GLOBAL:** R\$ 41.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 173061; Programa de Trabalho: 10.305.3072.2166.0001; Natureza de Despesa: 44905242; Fonte: 0315; NE nº 954 de 18/06/2010. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo Administrativo Nº 5277/2009 - FVS/AM;

Manaus, 01 de julho de 2010.

**BERNARDINO CLÁUDIO DE ALBUQUERQUE**  
Diretor-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde/Am.

09255

## EXTRATO

**ESPÉCIE:** TERMO DE CONTRATO Nº 013/2010-FVS/AM; **PARTE:** ESTADO DO AMAZONAS por intermédio da FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS e OJS BARBA-ME. **OBJETO:** Fornecimento de água mineral em garrafas de 20 litros, conforme ATA 0245/2009CGA. **VIGÊNCIA:** 12 meses a contar da data da assinatura do contrato; **VALOR GLOBAL:** R\$ 21.571,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 17306; Programa de Trabalho: 10.305.3072.2166.0001; Natureza de Despesa:

339030; Fonte: 201; NE nº. 919 de 14/06/2010. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo Administrativo Nº 2562/2010 - FVS/AM;

Manaus, 01 de julho de 2010.

**BERNARDINO CLÁUDIO DE ALBUQUERQUE**  
Diretor-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde/Am.

09255

ÓRGÃO: SEJUS

DATA: 01/07/2010

## PUBLICAÇÃO DE LICENÇA- LI

**Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUS** - torna público que recebeu do IPAAM, a Licença de Instalação n. 123/10, que autoriza a implantação de uma unidade prisional, em uma área de 3,0ha., com viabilidade de 365 dias, para Construção Civil, no Município de Tefé - Am.

Manaus, 01 de julho de 2010.

**MANUEL EDMUNDO MARINHO DA SILVA**  
Secretário Executivo do Estado de Justiça e Direitos Humanos

09257

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SDS

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005, DE 28 DE JUNHO DE 2010.**

Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a gestão da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (CECA/SDS).

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS - SDS, no uso das atribuições que lhe confere, e:

**CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 36 da Lei nº 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), e os arts. 53 ao 54 da Lei Complementar nº 53/2007, de 05 de junho de 2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação;

**CONSIDERANDO** o que dispõe os arts. 31 ao 34 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, a Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, e o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que dispõem sobre os procedimentos para a compensação ambiental;

**CONSIDERANDO** os termos da Portaria/SDS/GS nº 014/2010, de 28 de janeiro de 2010, que criou a Câmara de Compensação Ambiental da SDS;

**CONSIDERANDO** a importância de se ordenar as ações internas e estabelecer os procedimentos da Compensação Ambiental, no âmbito da SDS, Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) e Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).

## RESOLVE:

**Art. 1º** - Estabelecer procedimentos administrativos e técnicos para a gestão da Câmara de Compensação Ambiental da SDS.

**Art. 2º** - Os procedimentos estabelecidos nos termos do art. 1º, desta Instrução Normativa tem por finalidade:

I - Estabelecer o trâmite e o monitoramento de documentos e processos vinculados a Compensação Ambiental;

II - Orientar quanto às atribuições específicas dos órgãos vinculados e internos da SDS, na condução do processo de compensação ambiental;

III - Estabelecer articulação entre as unidades da SDS, o IPAAM, o CEUC e demais interessados, visando à gestão da compensação ambiental;

IV - Acompanhar o processo de aplicação e execução dos recursos oriundos da compensação ambiental.

**Art. 3º** - Para os fins previstos nesta Instrução Normativa, entende-se por:

I - Diretrizes Gerais de Aplicação - documento de caráter anual aprovado pela SDS definido a partir da proposta da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA) e que indicará as prioridades a serem atendidas com os recursos da compensação ambiental nas diversas categorias de Unidades de Conservação (UC);

II - Termo de Compromisso - Instrumento firmado entre o SDS/IPAAM e o Empreendedor estabelecendo as condições de execução da compensação ambiental devendo ser assinado até a liberação da Licença de Instalação (LI);

III - Convênios - Instrumento firmado entre o SDS/IPAAM e o Empreendedor quando se tratar de órgão público;

IV - Plano de Trabalho (modelo em anexo) - conjunto de atividades e ações técnicas decorrentes da destinação dos recursos de cada empreendimento a

serem implementadas como parte do Termo de Compromisso;

V - Valor de Referência - somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os empreendimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais;

VI - Parecer Técnico - documento resultante da análise de estudos ambientais apresentados durante o processo de licenciamento, acompanhado do cálculo da Compensação Ambiental (CA) de acordo com o estabelecido no Decreto Federal nº 6.848/2009;

VII - Deliberação - etapa do processo de discussão nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado da CECA, referentes ao parecer técnico do IPAAM e de indicadores de aplicação dos recursos da compensação ambiental apresentados pelo CEUC e órgãos afins;

VIII - Monitoria - etapa de acompanhamento e supervisão das ações a serem implementadas segundo os Planos de Trabalho com base em critérios e indicadores;

IX - Avaliação - etapa de análise e verificação da aplicação dos recursos e instrumentos da compensação ambiental; e

X - Projetos Estruturantes - são ações que atendam um conjunto de UC diretamente ou não afetadas pelo

empreendimento, com o objetivo de implementação do SEUC.

**Art. 4º** - Nos empreendimentos sujeitos a EIA/RIMA no verso da Licença Prévia (LP) deverá constar como condicionante o Valor de Referência por ocasião da apresentação do EIA/RIMA ao IPAAM.

**Art. 5º** - A metodologia a ser adotada para cálculo da compensação ambiental é a expressa no Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009.

**Art. 6º** - Caberá ao IPAAM realizar o cálculo da compensação ambiental.

**Art. 7º** - O IPAAM encaminhará formalmente à SDS o valor da Compensação Ambiental, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Cálculo dos valores da Compensação Ambiental com base no Valor de Referência;

II - Cópia da Licença Prévia;

III - Valor de Referência encaminhado pelo empreendedor;

IV - Parecer Técnico sobre o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e estudos complementares.

**Parágrafo único** - Quando se tratar de áreas urbanas deverá ser encaminhado o parecer sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

**Art. 8º** - No âmbito da SDS será instituído um processo administrativo pela Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais (SEACA), que o encaminhará ao CEUC para elaboração e inclusão do Plano de Trabalho, e, retorno, para posterior envio à Presidência da Câmara de Compensação Ambiental.

**Art. 9º** - A Presidência da Câmara de Compensação Ambiental procederá o agendamento e a convocação da reunião junto aos membros da Câmara, enviando em anexo cópia da proposta de cálculo e plano de trabalho.

**Art. 10º** - A reunião ocorrerá com a seguinte sequência:

I - A SEACA apresentará Parecer sobre os autos do processo de compensação ambiental do empreendimento em licenciamento;

II - O IPAAM fará apresentação do Parecer sobre o EIA/RIMA e da proposta de Cálculo para Compensação Ambiental;

III - O CEUC executará apresentação sobre a proposta das UC a serem contempladas e do Plano de Trabalho;

IV - Os Membros da CECA deliberam sobre o processo de Compensação Ambiental.

**Parágrafo único:** Caberá recurso às deliberações da CECA, onde deverão ser adotados os seguintes trâmites:

I - Da decisão do cálculo da compensação ambiental caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias;

II - O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior; e

III - O órgão licenciador deverá julgar o recurso no prazo de até 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

**Art. 11** - O CEUC, deverá avaliar periodicamente o andamento das ações das respectivas UC emitindo relatório de monitoria à Secretaria Executiva da CECA.

**Art. 12** - A Secretaria Executiva Adjunta de Gestão (SECEX) e os órgãos afins da SDS realizarão monitoramento físico e financeiro, com base em critérios e indicadores definidos para garantir o processo de execução da Compensação Ambiental, emitindo relatório trimestral à CECA.

**Art. 13** - Será objeto de auditoria a aplicação dos recursos de Compensação Ambiental, conforme Plano de Trabalho definido e assinado.

**Art. 14** - Os procedimentos previstos nesta instrução normativa não se aplicam aos empreendimentos que tenham Licença de Instalação requerida anteriormente a publicação desta norma, sendo tratados caso a caso pela CECA.

**Art. 15** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, em Manaus, 28 de junho de 2010.

*Nadia Cristina d'Avila Ferreira*  
NÁDIA CRISTINA D'ÁVILA FERREIRA  
Secretária de Estado do Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável - SDS

09274

**ÓRGÃO:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

**Espécie:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 019/2009;  
**Data:** 01/06/2010; **Processo n.º:** 378/2010; **Partes:** SDS e Empresa Manaus Aerotáxi LTDA; **Objeto:** Acréscimo de 25% no valor global do contrato original; **Valor:** o valor do Termo Aditivo é de R\$ 21.180,00, totalizando o valor global do contrato em R\$105.900,00 (cento e cinco mil e novecentos reais); **Vigência:** Permanecerá a vigência do contrato original; **Dotação e Empenho:** Unidade Orçamentária: 30101; Programa de Trabalho: 18.127.3054.2147.0001; Fonte de Recurso: 0160; **Natureza da despesa:** 33903303; tendo sido emitida pelo Contratante, em 01/06/2010, a nota de empenho 2010NE00515, no valor de R\$ 21.180,00 (vinte e um mil cento e oitenta reais). Gabinete da Secretária Executiva de Gestão - SDS, Manaus, 01/06/2010.

*Ruth Lilian Rodrigues da Silva*  
RUTH LILIAN RODRIGUES DA SILVA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO - SDS

09273

ADS

Agência de Desenvolvimento  
Sustentável do Amazonas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial N.º 012/10

**Objeto:** Contratação, pelo Menor Preço Global, de Pessoa Jurídica para a prestação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP); serviço de telefonia móvel local (VCL), para a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. **Tipo:** Menor Preço Global. **Data para entrega e abertura das propostas:** 16/07/10 às 09:00 hs. **Valor do edital:** R\$ 20,00 (Vinte Reais). C.C ADS / Banco do Brasil (Agência: 3563-7 C.C 5.461-5). O edital está disponível e poderá ser retirado na sede da ADS situado Av. Getúlio Vargas nº 1149 Centro - Fone / Fax (092) 4009-8400 das 08:00 às 12:00, mediante solicitação escrita.

Manaus, 05 de Julho de 2010.

*Maria Ferreira de Souza*  
Maria Ferreira de Souza  
Presidente da CIL

09271

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 115/2008.

**ESPÉCIE:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 115/2008, celebrado entre a ADS, como Contratante e a TICKET SERVIÇOS S.A., como Contratada.

**OBJETO:** aditamento (acréscimo) de 6,7% (seis vírgula sete por cento) no valor global do contrato original n.º 115/2008, com fundamento no art. 65, §§ 1.º e 6.º, da Lei n.º 8.666/93, com vistas à cobertura da despesa para o cumprimento do prazo final do contrato, que atingiu valor global pretendido no contrato no mês de Abril/10, ao passo que a vigência do contrato é até o mês de Junho/10, mantidas as demais condições do contrato original.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 65, §§ 1.º e 6.º, da Lei 8.666/93. **Processo:** n.º 000476/2010 - ADS.

**DO VALOR:** O valor estimado do aditamento (acréscimo) é de R\$ 13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais), que acrescido ao valor global do Contrato totalizará R\$ 211.200,00 (Duzentos e Onze Mil e Duzentos Reais).

Manaus, 30 de Junho de 2010.

*Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante*  
Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante  
Diretor Presidente

*Miberalwa Ferreira Jucá*  
Miberalwa Ferreira Jucá  
Diretor de Administração e Finanças

09271

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 115/2008.

**ESPÉCIE:** Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 115/2008, celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, como Contratante e a Ticket Serviços S.A., como contratada.

**OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 30.06.2010, tendo em vista o disposto na Cláusula Sétima do Contrato original.

**DO VALOR:** O valor global estimado do contrato é de R\$ 211.200,00 (Duzentos e Onze Mil e Duzentos Reais).  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Processo n.º 000476/2010.

Manaus, 30 de Junho de 2010.

*Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante*  
Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante  
Presidente

*Miberalwa Ferreira Jucá*  
Miberalwa Ferreira Jucá  
Diretor de Administração e Finanças

09271

PRÓTON N.º 2612/2010

### GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM

#### RESOLUÇÃO DA DIRETORIA N.º 25/2010

A Diretoria da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM no uso de suas atribuições estatutárias, reunida nesta data, e considerando o exposto no Parecer GERA F n.º 262/2009, de 16/06/10, aliado à manifestação expressa no Parecer Jurídico n.º 31/2010, de 24/06/10, que dá respaldo ao Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2008 celebrado com a empresa PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S.A. sob o amparo da Lei n.º 8.666/93,

#### RESOLVE

1. **AUTORIZAR** o Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2008, firmado com a empresa PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S.A. CNPJ n.º 04.407.920/0001-80, para geração de consignações na Folha de Pagamento do Estado do Amazonas, em favor da AFEAM, por meio do Sistema CONSIWEB, de forma on-line, e com consulta à margem consignável do servidor, a fim de prorrogar-lhe pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 07/08/2010 a 06/08/2011; pelo valor global estimado de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), acrescido do valor cobrado por cada lançamento excedente, a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para até 714 (setecentos e quatorze) lançamentos por mês, sendo cobrado o valor de R\$ 0,70 (setenta centavos) por lançamento excedente;

2. **DETERMINAR** à GERA F a adoção das providências legais decorrentes da presente decisão.

Manaus, 1º de julho de 2010.

*Pedro Geraldo Raimundo Falabella*  
PEDRO GERALDO RAIMUNDO FALABELLA  
Diretor Presidente

09270

EXTRATO DO CONTRATO N.º 01/2010

FUNDAMENTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - PORTARIA N.º 020/2010-GAB/SEXAD/SEJUS.

**OBJETO:** O OBJETO DESTES CONTRATO DE N.º 01/2010 - CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS E A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E O SR. CLEOMILTON VALCACER DE MELO, REFERENTE A LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA AV. TARUMÁ N.º 443 - CENTRO, DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DESTA SEJUS PELO PERÍODO DE 12 MESES. **VALOR GLOBAL DE R\$ 109.655,52 (CENTO E NOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).**  
**VIGÊNCIA:** O CONTRATO TERÁ INÍCIO APARTIR DA DATA DA SUA ASSINATURA DE 01/06/2010.

Manaus, 30 de junho de 2010

*José Fernando da Encarnação Neto*  
JOSÉ FERNANDO DA ENCARNÇÃO NETO  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO/SEJUS

09256